

ESPAÇO DAS ÁGUAS

7ª Reunião Ordinária do CBH PPA em Assu-RN discutiu conflitos e propostas para a Bacia do rio Piranhas-Açu



Reunião do Comitê em Assú-RN discuti conflitos existentes na Bacia, além de outras atribuições

Por Ivanilson Barros

Nos dias 22 e 23 de novembro de 2012, no auditório do SEBRAE/RN, na cidade de Assú/RN, ocorreu a 7ª reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piancó-Piranhas-Açu (CBH PPA). A reunião totalizou 47 membros: titulares, suplentes e convidados.

Durante toda a tarde do dia 22 de novembro, vários pontos importantes foram discutidos como: o papel das Comissões Gestoras e os Comitês de Bacias Hidrográficas; a participação da Câmara Técnica de Planejamento Institucional do CBH PPA (CTPI) e do Comitê na elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Bacia; a disponibilidade de água e situação de estiagem na Bacia Hidrográfica do rio Piranhas-Açu.

O primeiro ponto apresentando foi o projeto sobre o Consórcio Público Regional de Resíduos Sólidos da Região do Seridó, microrregião do estado do RN; feita pela Coordenadora de Gestão dos Recursos Hídricos da Secretaria de Estado e Meio Ambiente e Recursos Hídricos do RN (SEMARH), Joana D'arc Freire de Medeiros. A SEMARH elaborou um Plano Estadual de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, e trabalha a construção de Consórcios Regionais, como o Consórcio Público Regional de Saneamento Básico do Vale do Assu e o Consórcio Público Regional de Resíduos Seridó, que contempla também a elaboração de projetos básicos sobre os aterros sanitários.

A partir do Plano de Gestão de

Resíduos Sólidos do RN, a SEMARH/RN fomentou três consórcios e que atualmente estão construídos os consórcios das Regionalizações do Alto Oeste Potiguar, Seridó e Vale do Assú. Sendo esses dois últimos parte da bacia do Piranhas-Açu.

Outro ponto discutido foi o papel das Comissões Gestoras de açudes e os Comitês de Bacias Hidrográficas. A 2ª secretária do CBH PPA, Maria de Lourdes, informou que já houve algumas demandas em reuniões anteriores, buscando discutir qual o papel que essas comissões poderiam desempenhar junto ao Comitê, na questão de apoiarem a regularização ambiental das áreas do entorno dos açudes, recomposição da mata ciliar e todo sistema relacionado a recursos hídricos. "O DNOCS numa visão social e de zelo do patrimônio tem feito desde 2004 um trabalho de criação de comissões gestoras de açudes nos seus reservatórios, sendo 08 comissões no Estado da Paraíba. O objetivo é que haja a participação efetiva das pessoas residentes no entorno dos açudes, na sua gestão", disse Maria de Lourdes. Lembrou que o DNOCS deu início a esse projeto, onde passou a trabalhar a participação efetiva dessas pessoas, usando como modelo a Lei de Recursos Hídricos (Lei 9.433 de 2007).

Em relação a Bacia do Piranhas-Açu, foram formadas quatro comissões gestoras, sendo priorizados os açudes com maior volume de água e também aqueles onde havia riscos

de conflitos por água. "A comissão gestora nada mais é do que um grupo de representantes formado por usuários, sociedade civil e o poder público, podendo este grupo colaborar com o Comitê" esclareceu. Segundo a secretária, as comissões gestoras trabalhadas pelo DNOCS têm as seguintes atribuições: colaborar na discussão com a sociedade da área de influência do açude para a implementação dos instrumentos de gestão; para a conscientização da sociedade no tocante a importância da gestão dos recursos hídricos; Apoiar o processo de alocação da água dentro do sistema hídrico; ampliação da participação institucional no programa de gestão participativa.

No RN, a Coordenadora de Gestão dos Recursos Hídricos da Secretaria de Estado e Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do RN (SEMARH), Joana D'arc Freire de Medeiros, disse que a Secretaria, entre os anos de 2005 e 2006, logo após a criação de comissões pelo DNOCS, criou comissões gestoras, atuando nos açudes de Umari, em Upanema/RN, na Barragem de Santa Cruz, em Apodi/RN, no Açude Boqueirão, em Parelhas/RN e na Barragem Passagem das Traíras, em São José do Seridó/RN.

Continua...

7ª Reunião Ordinária do CBH PPA em Assu-RN discutiu conflitos e propostas na Bacia do rio Piranhas-Açu

Estas comissões gestoras, após a mudança governamental, praticamente deixaram de atuar e que atualmente estas tem demandado da Secretária a suas revitalizações. Nisso, a Secretaria tem discutido qual seria o papel dessas comissões e como seria a relação entre comissão gestora, o órgão gestor e os comitês de bacias. "As Comissões Gestoras deviam funcionar como um braço técnico do Comitê, garantindo assim a gestão dos açudes. Vamos propor a criação de um Grupo de Trabalho que será formado por sete pessoas: dois representantes de usuários, um de cada estado, dois representantes da sociedade civil, um de cada estado, e três representantes de órgãos gestores, sendo um do DNOCS, um da SEMARH e um da AESA, para estudar esta questão e propor uma forma de atuação das Comissões Gestoras dos Açudes, concluiu.

O destaque da reunião foi a discussão sobre a disponibilidade de água e a situação de estiagem na Bacia Hidrográfica do rio Piranhas-Açu. O primeiro a oferecer dados foi o Presidente do CBH PPA, Porfírio Cartão, que mostrou mapas, compreendidos entre o período de janeiro a outubro de 2012, dos reservatórios localizados no Estado da Paraíba. O desvio de precipitação acumulada, em percentual, em relação a sua média histórica; a precipitação acumulada em mm, e a variabilidade da precipitação. Apresentou também dados referentes aos volumes de alguns dos açudes monitorados em 20 de novembro de 2012, pela AESA em parceria com o DNOCS e a CAGEPA: o Açude de Emas/PB; o Açude Albino, no município de Imaculada/PB; Açude Saco, no município de Nova Olinda/PB; Açude Novo II, no município de Tavares/PB; Açude Engenheiro Ávidos, no município de Cajazeiras/PB; Açude Farinha, no município de Patos/PB.

Logo após, foi a Coordenadora de Gestão dos Recursos Hídricos da Secretaria de Estado e Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do



Reunião do Comitê em Assu-RN reúne membros, suplentes, usuários e convidados

RN (SEMARH), Joana D'arc Freire de Medeiros, demonstrar os dados do RN, segundo ela 46 reservatórios no Estado possuem capacidade de armazenamento acima de 5 milhões de m³. Apresentou também o volume atual de água armazenado nos açudes: Barragem Eng. Armando Gonçalves, no município de Assu/RN; Açude Itans, no município de Caicó/RN; Açude Boqueirão de Parelhas, no município de Parelhas/RN e o Açude Cruzeta, no município de Cruzeta/RN..

A Coordenadora também expos os conflitos existentes com relação aos recursos hídricos na bacia. Um deles acontece no rio Seridó, situado no município de Caicó-RN,

onde este contém dois reservatórios: Boqueirão de Parelhas e Passagem das Traíras. No rio é possível encontrar a existência de diversos barramentos. Além deste, há o conflito no Rio Sabugi que também possui dois reservatórios: o Açude Sabugi e a Barragem Carnaúba. No conflito do rio de Seridó, já houve a interferência da ANA para solucionar tal questão, sendo realizada uma reunião no dia 18 de junho/2012 na cidade de Caicó/RN, onde contou com a participação da SEMARH/RN, ANA, CBH PPA, CAERN, DNOCS e Usuários de água, sendo ao final da reunião feitos alguns encaminhamentos.

Continua...



Reunião do Comitê em Assu-RN reúne membros, suplentes, usuários e convidados

7ª Reunião Ordinária do CBH PPA em Assu-RN discutiu conflitos e propostas na Bacia do rio Piranhas-Açu



Reunião do CBH PPA discuti conflitos na Bacia Piranhas-Açu

Já em relação ao rio Sabugi, após Audiência Pública, realizada em 12 de novembro, o DNOCS decidiu por reduzir as comportas do Rio Sabugi, de 12 cm para 5 cm e a SEMARH/RN manteria a vazão da Barragem Carnaúba. A Coordenadora da SEMARH, ao fim de sua apresentação, solicitou do Comitê um papel mais efetivo em relação a resolução desses conflitos existentes na bacia e que este precisa discutir como será administrada a falta de água durante o ano de 2012.

Muitos membros se pronunciaram em relação aos conflitos ambientais existentes na Bacia do Piranhas-Açu, um destes foi Francisco Chagas: “A água a qual esta sendo consumida pelos ribeirinhos do rio Piranhas-Açu, em especial aqueles localizados no município de Pendências e Ipanguaçu - que são diretamente abastecidas pelas prefeituras - estão sendo abastecidos com água sem nenhum tratamento prévio (...); todos os pontos amostrados, a água do rio esteve imprópria para consumo, contaminação microbiológica, com presença da bactéria E.Coli, causados por lançamentos de esgotos ao longo do percurso” disse.

Continuou em tom enfático: “A água consumida pela população do Vale do Açu, coletada nos distritos de Luzeiro e Arapuá em Ipanguaçu, também captada diretamente do rio, apresentou substâncias orgânicas prejudiciais á saúde (agrotóxicos), classificados como classe II - Carbamatos e Organofosforados, sendo considerada imprópria para consumo” finaliza.

agrotóxicos na água, não sendo, portanto, nada detectado. A 1ª Secretária do CBH PPA, Geny Formiga, lembrou que além da ANA, o Instituto de Gestão das Águas do RN (IGARN) junto a Superintendência do Meio Ambiente da PB (SUDEMA) realizaram uma campanha de controle da qualidade da água não sendo também nada encontrado.

Outra pessoa a se pronunciar sobre o tema foi a representante do Instituto de Gestão das Águas do RN (IGARN), Gláucia Regina, que informou da existência de programa chamada “Água Azul”, fruto de convênio com IDEMA, IGARN, UFERSA, dentre outras instituições, onde prevê coleta de vários pontos do rio Piranhas-Açu sendo estudada a presença de agrotóxico, e que nenhum ponto foi detectado nível acima dos limites permitidos.

A 7ª reunião Ordinária foi encerrada no dia 23 de novembro; durante toda a manhã foram feitas vários encaminhamentos propostos pelos membros participantes. Além disso, foi fei-

ta uma avaliação pelos membros do Comitê sobre o Boletim Espaço das Águas e sobre a atuação da ADESE. A reunião foi finalizada com a apresentação da Agenda de Atividades para 2014 e com o controle de frequência dos membros da CTPI e membros do CBH PPA nas plenárias, sendo dito na ocasião que a Diretoria do Comitê iria encaminhar ofício aqueles membros do CBH que já estavam com duas faltas e não tinham se justificado.

A reunião contou com a presença de representantes da Agência Na-

cional de Águas – (ANA), Secretária do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH/RN), Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba (AES/A), Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), representantes de Prefeituras Municipais, sociedade civil, usuários da Bacia e convidados.



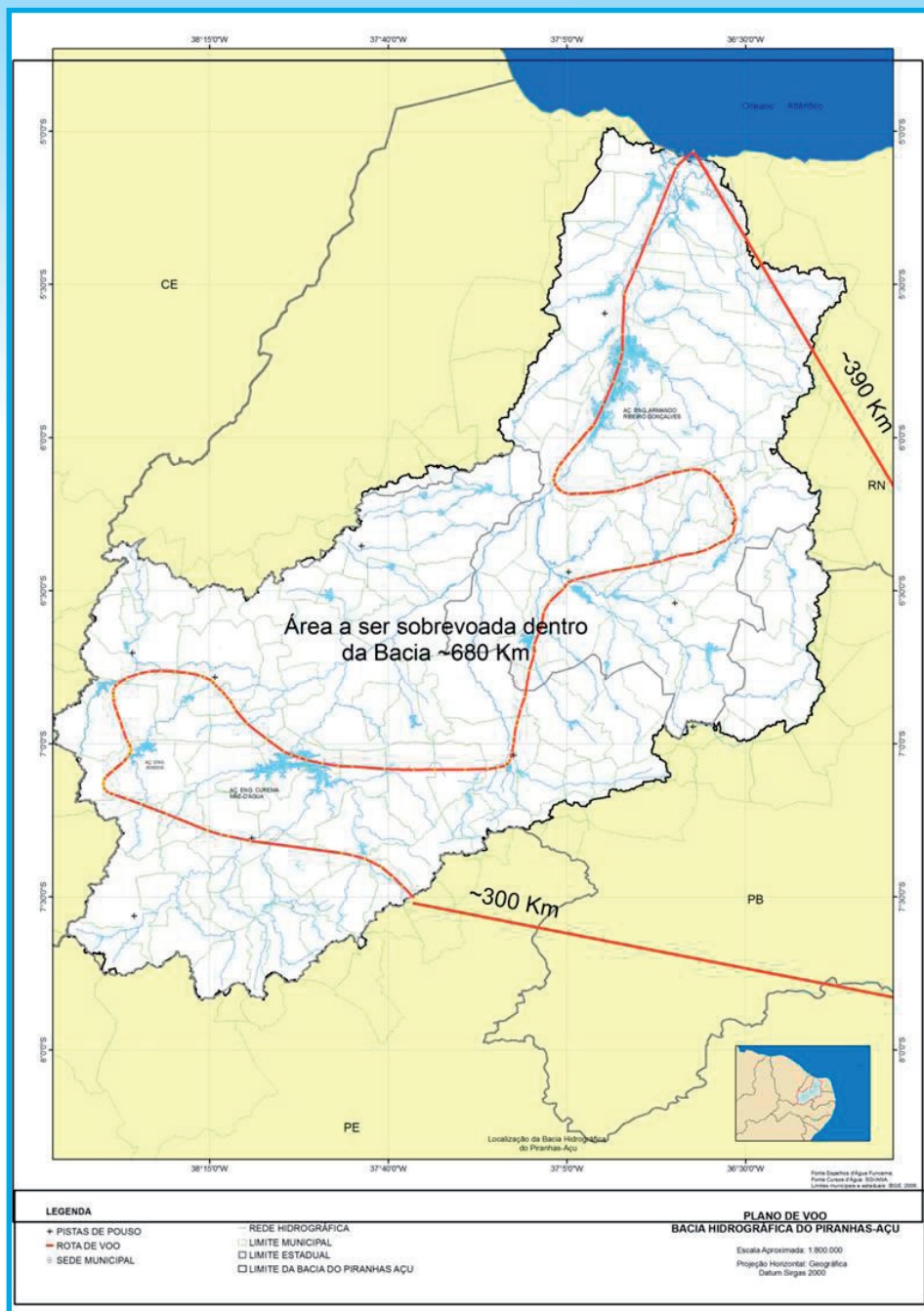
Reunião do CBH PPA: encaminhamentos e denúncias foram registrados.



Reunião do CBH PPA: encaminhamentos e denúncias foram registrados.

cional de Águas – (ANA), Secretária do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH/RN), Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba (AES/A), Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), representantes de Prefeituras Municipais, sociedade civil, usuários da Bacia e convidados.

Representantes do CBH PPA e ANA fizeram no dia 19 de dezembro sobrevoo na Bacia do Piranhas-Açu



Meta do sobrevoo é atingir 680KM em toda a extensão da Bacia.

Por Ivanilson Barros

Dentro do calendário estabelecido pela IBI Engenharia, Agência Nacional de Águas e a Câmara Técnica de Planejamento Institucional (CTPI) do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Piancó-Piranhas-Açu, aconteceu no dia 19 de dezembro, como ferramenta auxiliar na elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Bacia

Piranhas-Açu, um sobrevoo em toda a Bacia do rio Piranhas-Açu. O sobrevoo, previsto na etapa de diagnóstico do Plano, teve início na cidade de Recife/PE. De lá seguirá 300km a Leste, onde será feito toda a rota subindo a extensão da Bacia Hidrográfica. A meta é atingir 680km (mapa ao lado) em toda a sua extensão, com previsão de

parada na cidade de Fortaleza/CE.

Segundo a representante da IBI Engenharia, empresa responsável pela execução do PRH da Bacia, Andrea Cysne, o sobrevoo buscou informações atualizadas e pontuais, contemplando várias passagens do litoral até o núcleo de desertificação, que fica localizada no Seridó, e com isto ter mais uma ferramenta para consolidação de informações e dados, visualizando assim os usos e ocupação da bacia.

A IBI Engenharia já possui um conjunto de imagens de satélite, e com esse voo pretende ter várias temáticas observadas ao longo da Bacia como: expansão urbana, irrigação, desmatamento e carcinicultura. Com esses dados, será gerado uma base cartográfica, e transformado em DVD-ROM com todos os dados básicos e temáticos da Bacia do Rio Piranhas-Açu, abrangendo os Estados do RN e da PB, devidamente organizados e estruturados em ambiente SIG Plano.

Em relação as demandas hídricas estimadas, serão levados em consideração os múltiplos usos, dentre eles: abastecimento humano; indústria, pecuária, agricultura, turismo e lazer, aquicultura, mineração e demandas externas/transposição.

A Coordenadora de Gestão dos Recursos Hídricos da Secretaria de Estado e Meio Ambiente e Recursos Hídricos do RN (SEMARH), Joana D'arc Freire de Medeiros, sugeriu durante 8ª reunião da CTPI, na cidade de Assú-RN, que durante o sobrevoo no RN a aeronave sobrevoasse as áreas com maior uso na Bacia, tais como: O Vale do Açu, da Barragem Armando Ribeiro até a foz, vendo as áreas irrigadas no Vale, as áreas de carcinicultura, de salinas e de exploração de petróleo; de exploração de minério: como a mina em Jucurutu/RN, e em Currais Novos/RN; Sobrevoem o rio Seridó, o açude Boqueirão na cidade de Parelhas/RN até a confluência com Piranhas-Açu e o rio Piranhas-Açu a montante da Armando Ribeiro, principalmente aquelas regiões que tem muita indústria de tecelagem.



IBI Engenharia apresenta estudo hidrológico do PRH da Bacia Piranhas-Açu, em reunião da CTPI em Caicó-RN

Por Ivanilson Barros

Dentro do calendário estabelecido pela IBI Engenharia, Agência Nacional de Águas e a Câmara Técnica de Planejamento Institucional (CTPI) do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Piancó-Piranhas-Açu, aconteceu no dia 21 de dezembro, na cidade de Caicó-RN, a 10ª reunião Ordinária da Câmara Técnica de Planejamento Institucional (CTPI) do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piancó-Piranhas-Açu.

O calendário determina que a cada dois meses aconteça uma reunião, onde nela seja divulgado um relatório com os dados que a empresa venha coletando na execução do Plano. O Plano de Recursos Hídricos da Bacia Piranhas-Açu visa traçar um diagnóstico e prognóstico do uso dos recursos hídricos e de ocupação do solo ao longo da Bacia, e está previsto para ser executado em 18 meses.

Em Caicó foi apresentado o último relatório da IBI Engenharia. A responsável pela apresentação foi a engenheira da empresa, Ândrea Cysne. Foram apresentados dados referentes ao Diagnóstico das Disponibilidades Hídricas Superficiais e Subterrânea, Demandas Hídricas, Aspectos qualitativos da Bacia, Qualidade das Águas; Diagnóstico - Aspectos físicos, socioeconômicos e institucionais.

O destaque da apresentação foi na divulgação das principais fontes de poluição das águas da bacia que são: lançamento de esgotos domésticos; drenagem pluvial urbana; uso de fertilizantes e agrotóxicos nos cultivos, irrigados ou não, de frutas, milho, feijão e mandioca; mineração de pegmatitos e gemas, scheelita, ferro, calcário, mármore, granito, areia e argila; carcinocultura; e a indústria petrolífera na região estuarina. E



IBI Engenharia apresentou relatório sobre estudo hidrológico da Bacia Piranhas-Açu



CTPI esteve reunida na cidade de Caicó/RN para discutir relatório sobre PRH da Bacia

estão presentes também Na bacia uma série de unidades industriais com potencial poluidor como matadouros, bebidas, curtumes, têxtil, produtos alimentícios.

A Empresa IBI Engenharia, responsável pela elaboração do Plano, tem divulgados esses relatórios via site da Agência Nacional de Águas, e tem usado de diversas ferramentas para complementar o trabalho.

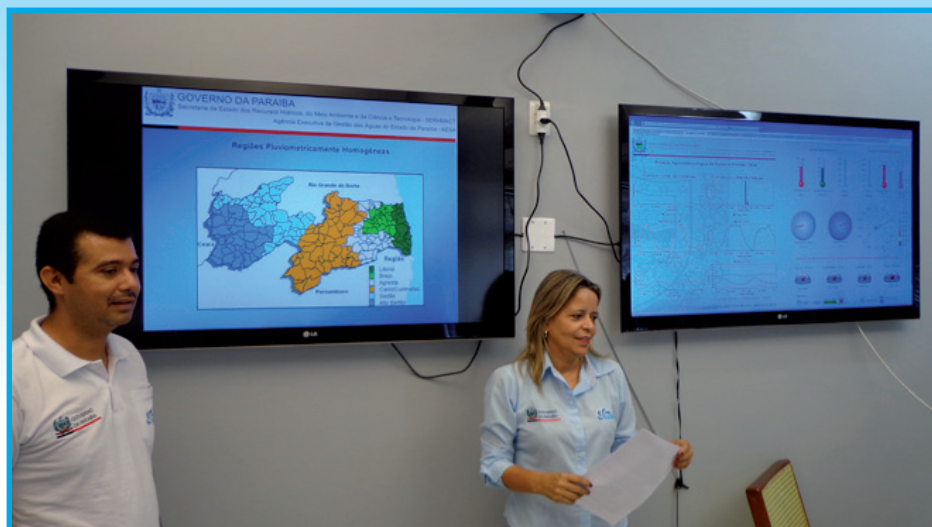
Na oportunidade também foi apresentando pelo Especialista de Recursos Hídricos da ANA, Edgar Machado, as fotos e o mapa do sobrevoo na Bacia do Piranhas-Açu, feito no dia anterior a reunião, que teve sua saída da cidade de

Recife/PE, e percorreu 700km, em 5 horas de voo.

A reunião aconteceu no auditório do Centro de Apoio ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piancó-Piranhas-Açu, na cidade de Caicó/RN, e contou com a participação de representantes da Agência Nacional de Águas – ANA, da Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH/RN), do Instituto de Desenvolvimento e Meio Ambiente do RN (IDEMA), da Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba (AESPA), do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e representantes da empresa IBI Engenharia.



Relatório da II Reunião de Análise e Previsão Climática em Campina-Grande/PB prevê seca prolongada até março de 2013



Segundo o relatório, Índice pluviométrico após março deve ficar próximo à média histórica.



Relatório prevê período de chuvas retardado e escassez até fevereiro de 2013.

Por Ivanilson Barros

Relatório da II Reunião de Análise e Previsão Climática em Campina-Grande/PB prevê seca prolongada até março de 2013

Relatório prevê período de chuvas retardado e escassez até fevereiro de 2013. Índice pluviométrico após março deve ficar próximo à média histórica.

No período de 17 a 19 de dezembro de 2012 o Assessor de Comunicação do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Piancó-Piranhas-Açu (CBH PPA) esteve nas dependências da Unidade Acadêmica de Ciências Atmosféricas da Universidade Federal de Campina Grande, para participar da II Reunião de Análise e Previsão

terá condições climáticas um pouco melhores que 2012 e preveem o início do plantio agrícola a partir de março. O início do período chuvoso será retardado, mas deve se aproximar da média histórica principalmente no Semi-árido.

De acordo com a meteorologista Marle Bandeira, até o fim de fevereiro as chuvas serão apenas esparsas e irregulares. “Teremos chuvas isoladas a partir do final de dezembro. Em março de 2013 a Zona de Convergência Intertropical deve atingir o Nordeste. A tendência é de evolução para as águas do Atlântico Norte resfriando e do Atlântico Sul aquecendo. Deste dezembro até o final de fevereiro de 2013, continuaremos a ter estiagem e chuvas abaixo da média”, explicou.

A afirmação do gerente da Aesa, Lucílio Vieira, é de que até fevereiro também é necessário manter o racionamento e a preocupação com o volume dos açudes. “Não haverá recarga significativa nos açudes até fevereiro. Locais com perigo iminente de racionamento, cujo volume é abaixo dos 30%, necessitam de atenção maior. É importante a manutenção para evitar o colapso. Aconselhamos os agricultores a começarem o plantio em março de 2013”.

Em 2012, foram registradas pela Aesa chuvas 60% acima da média histórica no período de janeiro a março, que é de 1.660 milímetros segundo o órgão. “A atual condição climática aponta para a continuidade da seca em 2013 e mais um ano de estiagem”, esclareceu o meteorologista Alexandre Magno.

A reunião contou com a participação de meteorologistas dos Centros Estaduais de Meteorologia e de diversos órgãos municipais, estaduais e federais com atividades inerentes e correlatas à meteorologia. O evento teve também a participação, via áudio-conferência, de meteorologistas do CPTEC/INPE em Cachoeira Paulista/SP, INMET, assim como de usuários em diversos pontos do Brasil.

Climática para o Setor Norte do Nordeste do Brasil – Ano 2013.

Foram analisadas as condições regionais da pluviometria e globais dos oceanos e da atmosfera, assim como os resultados de modelos numéricos de previsão sazonal, visando elaborar o prognóstico climático para o trimestre janeiro a março (JFM) de 2013, sobre o setor norte da região Nordeste do Brasil.

Segundo o relatório, publicado no último dia do evento, em coletiva de imprensa, a seca deve continuar assolando os Estados Norte da região Nordeste no início de 2013. A previsão climática é de escassez e período de chuvas retardado até fevereiro do próximo ano, segundo a Agência Executiva de Gestão das Águas da Paraíba (AESA).

O órgão anunciou nesta quarta-feira (19) que a partir do início de março deverá voltar a ser registrado um índice pluviométrico normal. Os meteorologistas acreditam que o ano



Pouca chuva e alta temperatura ainda predominam em toda a Paraíba, segundo AESA

O clima das cidades da Paraíba continua sendo predominado por altas temperaturas. Com exceção das cidades da Zona da Mata, todas as outras cidades consultadas pelo Portal Correio apresentam temperatura máxima superior aos 30 graus.

No litoral paraibano, a maior temperatura é a da cidade do Conde, que varia entre 23 e 30 graus. O município também é o que registrou o maior índice de pluviosidade em 2012, com 1.025,2 milímetros de águas registrados pelo pluviômetro da cidade – segundo os registros da Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba (Aesa), referente ao período compreendido entre janeiro e dezembro deste ano.

Conforme os dados, a cidade do Conde é seguida dos municípios Capim e Jacaraú, também localizadas na Zona da Mata, que pontuaram 821,8 e 718,7 milímetros, respectivamente.

Assim, as temperaturas destas cidades são as mais “agradáveis” da Paraíba, uma vez que os termômetros variam entre 20 e 28 graus, respectivamente.

Já no Sertão, as temperaturas máximas calculadas pela Aesa são de 34° em todas as cidades consu-

De acordo com a Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba (Aesa), referente ao período compreendido entre janeiro e dezembro deste ano, o menor volume de chuvas foi registrado na região da Borborema

tadas – Patos, Cajazeiras, Catolé do Rocha, São Bento e Teixeira. Destas, a que tem menor índice pluviométrico é Teixeira, com 177,6 milímetros registrados, seguida de Patos, que marcou 194,2 no pluviômetro da cidade.

Catolé do Rocha e São Bento, donas do 3º e 4º menor índice (410 e 448,1 mm), são também as de climas mais amenos com temperaturas mínimas, estimadas em 22 graus. Cajazeiras foi a cidade do Sertão que apresentou os melhores indicativos pluviométricos neste ano, com 727,8 milímetros registrados pela entidade monitoradora do clima na Paraíba.

A região da Borborema foi a que apresentou os menores índices pluviométricos. Os municípios consultados foram Picuí e Pedra Lavrada. Com 105,9 e 69 milímetros captados pelos aparelhos da Aesa. Essas cidades apresentam temperaturas variantes entre 21 e 34 graus.

FONTE: <http://portalcorreio.uol.com.br/cidades>

Agricultor não deve antecipar plantio, segundo relatório divulgado pela AESA

Especialistas sugerem que os agricultores esperem até o final de fevereiro para iniciar o plantio das sementes.

Conforme a meteorologia, o plantio das sementes deve ser iniciado dentro do quadrimestre mais chuvoso de cada região (no caso do semiárido, entre fevereiro e maio). Para os especialistas, estes são os melhores períodos, considerando a previsão de chuvas para 2013. De acordo com eles, no semiárido, o início do período chuvoso não garantirá a regularidade das chuvas, já que existe a possibilidade de ocorrência de veranicos (curtos períodos sem chuvas), mas a estiagem não deverá se prolongar por muito tempo.

Segundo o gerente de Monitoramento da Aesa, Lucílio José Vieira, isso pode trazer déficit hídrico à manutenção e desenvolvimento de certas culturas. “A sugestão é de que os agricultores comecem a plantar no final de fevereiro, quando a previsão nos mostra a chegada de chuvas mais regulares”, informou.

Mas conforme Marle Bandeira, meteorologista da agência, a previsão acontece com os dados registrados



Início do período chuvoso será irregular no semiárido do Estado e déficit pode prejudicar cultivo

atualmente e por causa das condições do oceano Atlântico, que muda rapidamente, as condições podem ser modificadas. “Mesmo assim, as condições do próximo ano indicam que não haverá a continuidade da seca e que a estiagem não deverá se prolongar”, informou.

A Aesa recomenda que os homens do campo sigam o calendário e o zoneamento agrícola definido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

FONTE: <http://www.jornaldaparaiba.com.br>



Audiências Públicas discutem conflitos e projetos hídricos para rios do Seridó

Por Ivanilson Barros

Nos últimos meses, duas audiências públicas foram provocadas com a intenção de discutir conflitos de recursos hídricos em rios da região do Seridó, microrregião do Estado do Rio Grande do Norte.

As duas audiências ocorreram em momentos distintos, e em cidades distintas, para tratar sobre a perenização dos rios Sabugi, este abastecido pela Barragem das Carnaúbas (de responsabilidade do DNOCS), e o rio Seridó, abastecido pela barragem Passagem das Trairas (e de responsabilidade da Secretaria de Recursos Hídricos do RN).

A primeira audiência ocorreu no dia 12 de novembro no Clube Municipal na cidade de São João do Sabugi/RN. A cidade é abastecida pelo Açude Santo Antônio, que fica no rio Sabugi, e teve a proposição da audiência feita pela Superintendência do Ministério da Pesca, que preocupada com a situação do baixo nível da água do açude Sabugi, e a forma de utilização com grande desperdício, resolveu realizá-la com a presença da justiça, órgãos afins, segmentos da sociedade organizada e populares.

A Superintendência do Ministério da Pesca mostrou preocupação com a situação de desperdício da água, fazendo reflexões sobre a necessidade de um uso racional da água e comentou a necessidade de limpeza do rio Sabugi para a jusante.

Entretanto, a preocupação maior se deve na operacionalização e o gerenciamento das águas da Barragem Carnaúba, pois muitos irrigantes têm reclamado da falta de água suficiente; e pedem que a SEMARH disponibilize mais vazão de água. Segundo a secretaria a barragem Carnaúba se encontra com uma vazão de 100l/seg. e tem um percentual de 26% de seu volume total (27 000 000m³). Até março de 2013 terá 13%, se continuar a estiagem. Se a vazão fosse aumentada, aquele reservatório secaria em abril/2013. A decisão, portanto, é de diminuir essa vazão de 350l para 250l, ou seja, em 5%.

A Colônia de Pescadores e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João do Sabugi fizeram as suas

observações, a colônia fez comparações com outras estiagens, e refletiu sobre o nível da água, enquanto o sindicato abordou a necessidade das águas para manter o homem do campo, e, conseqüentemente a necessidade de uma melhor organização no gerenciamento delas.

O vereador, Marcílio Dantas, que também é agricultor e irrigante e usuário da água, ressaltou a necessidade continuidade de carro-pipa para abastecer os irrigantes em caso de prolongamento ainda maior da estiagem, além da limpeza do rio Sabugi para que a vazão aconteça sem tantos problemas.

Na reunião, o representante do DNOCS comunicou que a água do açude Sabugi teve rebaixamento de 12% para 5% na vazão. Declarou que irá manter até janeiro de 2013 esse percentual e, caso não chova, a comporta será totalmente fechada (jan/2013), “Mesmo fechando a comporta nesse mês indicado e se não chover em 2013, o açude Sabugi secará em dezembro de 2013 ou bem antes disso”, disse.

Ficou decidido a possibilidade de convocar o Batalhão de Engenharia de Construção para fazer a limpeza do rio Sabugi, isso com fiscalização da Agência Nacional das Águas (ANA); Manter a comporta do Açude Santo Antônio em 5% de vazão até o final de janeiro de 2013, quando a mesma será fechada totalmente, se a situação for de estiagem permanente, planejar a longo prazo a canalização das águas dos mananciais – Sabugi e Carnaúba, além de sistema de adutora proveniente do Piranhas-açu e Barragem Oiticica.

A audiência teve a presença de representantes da Superintendência do Ministério da Pesca, da SEMARH/RN, DNOCS/ NATAL e CAERN, Colônia de Pescadores, Sec. Mun. De Meio Ambiente (PMSJS), STTR de São João do Sabugi, Sec. Mun. de Agricultura (PMSJS), Polícia Ambiental, pescadores, agricultores e população.

Audiência pública em Caicó/RN discutiu projetos hídricos para rios

No dia 03 de dezembro, a Câmara Legislativa de Caicó-RN promo-

veu uma audiência pública, organizada pelo Centro de Estudos e Debates, para discutir a perenização dos rios Sabugi e Seridó.

A audiência teve início às 10h e contou com a presença do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Piancó-Piranhas-Açu, representado pelo vice-presidente, Procópio Lucena e pelo Coordenador do Centro de Apoio ao CBH PPA, Emídio Gonçalves. Além do Comitê, a mesa foi composta por representantes de diversos órgãos que discutiram e analisaram a problemática.

A Secretaria de Recursos Hídricos do RN, representada pela coordenadora de gestão de recursos hídricos, Joana D'arc Medeiros, explanou a situação atual sobre a estiagem, a qual estamos vivenciado, e sobre o uso racional dos mananciais “Para começarmos a atuação de forma mais efetiva. A sociedade precisa entender que estamos administrando um período de escassez, para que todos usem com mais cuidado a água”, disse a coordenadora.

A Semarh pretende atuar em duas linhas: curtíssimo prazo para diminuir os efeitos atuais da estiagem e outra pensando em longo prazo na estruturação da região para futuras secas. “De imediato, vamos planejar um pacto entre usuários de águas e órgãos gestores, para que possa dar pulsos de vazão nos rios, ou seja, aumentar em determinados momentos e diminuir em outros. Em longo prazo, é importante a implantação da barragem de Oiticicas”, explicou Joana D'arc.

Segundo a secretária todas as reivindicações serão encaminhadas à Agência Nacional de Águas (ANA), já que os rios Sabugi e Seridó são de domínio da União.

Segundo o vice-presidente do CBH PPA, Procópio Lucena, “a lei federal de recursos hídricos nacional, trata dos usos prioritários: nesse momento o uso prioritário é o consumo humano, depois animal, e numa terceira etapa para uso da produção e irrigação. A água é um bem público, portanto, não pode ser privatizada, não é bem de mercadoria, não pertence a nenhuma pessoa, pertence a toda sociedade, mas tem suas prioridades de uso”, disse.

Continua...



Audiência Pública em Caicó/RN discute conflitos hídricos em rios do Seridó



Audiência Pública aconteceu na Câmara Legislativa da Cidade de Caicó, evento reuniu agricultores e irrigantes que fazem uso das águas dos rios.

“Neste debate, esperamos que haja um entendimento das partes. Os agricultores que estão acima e abaixo da barragem têm as suas razões, têm suas críticas, dizem que não há uma boa gestão das águas, que tem período que solta muita água que solta pouco. Que só abre a comporta e fecha. A própria gestão do rio e das águas deva ser uma gestão compartilhada, entre usuários, entre os governos, entre a sociedade civil e todos os segmentos”, concluiu.

Um ponto bastante discutido foi a preocupação com relação à poluição nos rios na região do Seridó. “Para tanto, pedimos um estudo da Semarh, e que trouxesse uma avaliação sobre a instalação de sistema de esgotamento, coleta seletiva, aterro sanitário e a despoluição dos nossos rios. Ouvimos relatos das autoridades preocupadas com o alto índice de poluição existente”, disse o Presidente da Casa, Dilson Fontes.

Continuou, explanando a necessidade de criação de um plano de ação estratégica que possa amenizar a convivência com o semiárido. Dentre os encaminhamentos está: “a criação de um grande projeto hídrico para a região, envolvendo a realização de estudo sobre a capacidade hídrica dos reservatórios, instalação de poços tubulares nas áreas mais afetadas e cobrança da construção imediata da barragem das Oiticicas”.

Além disto será produzido um

relatório resumindo a interação de todos que participaram, para que com isso, possa se levar aos órgãos competentes, para e que sejam tomadas as devidas providências: “O que ficou decidido, diante da escassez de água em nossa região, é que a prioridade será o consumo humano. Isso é ponto consensual e as outras prioridades vão sequenciar toda uma ordem cronológica, como consumo animal e atividade produtiva”, Disse Dilson Fontes.

Participaram da audiência pública representantes do Ministério Público Federal, Polícia Militar e Polícia Ambiental, Prefeitura Municipal de São Fernando/RN, Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó/RN, Câmaras municipais de Caicó, São João de Sabugi/RN, Jardim do Seridó/RN, São Fernando/RN, Agência de Desenvolvimento Sustentável do Seridó (Adese), Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caicó/RN, Cáritas Diocesana, Seapac, Secretaria Estadual de Recursos Hídricos (Semarh), Dnocs,



Evento reuniu irrigantes e agricultores do vale do Sabugi, Caicó/RN.



Centro de Apoio ao CBH PPA fez parte da composição da mesa.

Agência Nacional de Águas (ANA), Caern e Território da Cidadania do Seridó, dentre outras instituições.



SEMARH/RN e ANA discutem Recursos Hídricos no RN



SEMARH e ANA discutem recursos hídricos para o RN da gestão de Recursos Hídricos no RN.

O Secretário Estadual de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, Gilberto Jales e técnicos da SEMARH se reuniram no dia 29 de novembro, durante o XI Simpósio de Recursos Hídricos do Nordeste, com o Diretor de Gestão da Agência Nacional de Águas (ANA), Paulo

Varela para discutir a realidade e as demandas da Gestão de Recursos Hídricos no Rio Grande do Norte.

O objetivo do encontro foi também discutir com os técnicos da Agência um possível apoio e parceria na elaboração de alguns projetos para o fortalecimen-

to da gestão de Recursos Hídricos no RN.

Na última semana do mês de novembro a Governadora do Rio Grande do Norte, Rosalba Ciarlini, já havia entregue em mãos, à equipe da ANA, cinco destes projetos: A elaboração de um plano de bacia do rio Apodi-Mossoró; Criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio

Potengi; Criação de um sistema de controle de licenças e outorgas; implantação de um sistema de controle de usuários em corpos hídricos selecionados e a elaboração de projetos de recuperação de 20 açudes do estado.

“Uma boa notícia é que o Plano de Bacia Hidrográfica do rio Piranhas-açu, já foi contratado pela ANA e será acompanhado pelos técnicos dos estados envolvidos, no caso a Paraíba e o Rio Grande do Norte”, disse Paulo Varela.

Na ocasião também foram discutidos os aspectos legais e institucionais da legislação de Recursos Hídricos no que diz respeito às atribuições da Semarh e do Instituto de Gestão de Águas do Rio Grande do Norte (IGARN) para preparação do estado com vistas a receber o Projeto de Integração do rio São Francisco.

FONTE: <http://www.semarh.rn.gov.br>

Governo da PB regulamenta em decreto cobrança pelo uso da água bruta de domínio do Estado

Por Ivanilson Barros

Pautada no princípio do usuário-pagador, a cobrança pelo uso da água aparece como um dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, cabendo à Agência Nacional de Águas (ANA) a implementação deste instrumento em conjunto com os Comitês de Bacias Hidrográficas.

A cobrança pelo uso da água já vem sendo aplicada em alguns Estados brasileiros e dessa vez chega ao Estado da Paraíba, através do Decreto N° 33.613, publicado no Diário Oficial do Estado, no dia 16 de Dezembro de 2012.

O Decreto regulamenta a cobrança pelo uso da água bruta de domínio do Estado da Paraíba, está prevista na Lei n° 6.308, de 02 de julho de 1996, além de outras providências.

No art. 3º define os usos que

ficarão sujeitos à cobrança pelo uso da água bruta de domínio do Estado da Paraíba, entre elas as derivações ou captações de água por concessionária ou outras entidades responsáveis pela administração de sistemas de abastecimento de água encarregada pela prestação de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário, cujo somatório das demandas, em manancial único ou separado, registradas nas respectivas outorgas, seja igual ou superior a duzentos mil metros cúbicos por ano.

Na mesma quantidade de captação, duzentos mil metros cúbicos por ano, também estão sujeitos a indústria. Já a captação de água para uso agropecuário, por empresa ou produtor rural, será cobrado pelo volume anual mínimo igual ou superior ao valor, estabelecido para as seguintes bacias hidrográficas:

- a) do Litoral Sul: 1.500.000m³
- b) do rio Paraíba: 350.000m³
- c) do Litoral Norte: 350.000m³

d) sem comitê instituído: 350.000m³.

Serão cobrado também, além do uso da água, o lançamento em corpo de água de esgotos e demais efluentes, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final e outros usos que alterem o regime, a quantidade ou a qualidade da água existente em um corpo de água. E a cobrança será diferenciada os valores correspondentes para irrigação, agropecuários; piscicultura intensiva; carcinicultura; lançamento de esgotos e demais efluentes; uso na indústria; e uso na agroindústria.

A cobrança será efetuada pela Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba – AESA e os valores arrecadados serão aplicados em diversas ações que correspondam aos recursos hídricos. Nisso, a AESA deve apresentar ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos os estudos técnicos com vista a estabelecer prioridades para a aplicação dos recursos, após consulta aos comitês de bacias hidrográficas.



Caern e Semarh investem em novas fontes para abastecimento de água no RN

A escassez de água nos mananciais de superfície provocada pela ausência de chuvas tem levado a Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (Caern), em parceria com a Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (Semarh), na construção de novos mananciais para abastecimento à população. Atualmente o Governo do Estado está investindo em fontes alternativas de captação de água, entre elas as adutoras que transportam água dos grandes mananciais de superfície e a segunda alternativa, a instalação de 1242 poços tubulares dos quais 887 serão novos, com recursos próprios e da Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

Com base nos estudos e na experiência dos técnicos da Caern, a maior parte do lençol subterrâ-

neo está baixando e para captar água, os poços estão ficando cada vez mais profundos. Em algumas regiões do Estado, a pouca vazão e a qualidade da água que tem se apresentado salobra, vem dificultando maior aproveitamento do aquífero. São pessoas, animais e plantações precisando de água principalmente quando a previsão dos estudiosos é que a temperatura seja uma das mais elevadas dos últimos meses. Em algumas situações, a Semarh utiliza processo de dessalinização para melhorar a qualidade do produto distribuído à população no interior do Estado.

Para o gerente de Hidrogeologia e Perfuração de Poços da Caern, geólogo João Maria Soares do Nascimento, o Rio Grande do Norte possui seis aquíferos conhecidos por: Bacia Potiguar (For-

mação Jandaíra e Formação Açú), Bacia Costeira (que se prolonga até os estados de Pernambuco e Paraíba), grupo Barreiras, depósitos aluviais, depósitos dunares e Embasamento Cristalino. Dos seis tipos, o aquífero Barreiras existente na costa oriental do Estado, de Baía Formosa até Touros, é o que oferece água de melhor qualidade, abastecendo Natal, municípios da região metropolitana, do litoral e parte do Agreste potiguar. Com a falta de chuvas, o lençol subterrâneo vem sendo rebaixado como acontece em Macaíba, onde o nível já baixou cinco metros.

FONTE: <http://www.caern.rn.gov.br>

RN inaugura Sala de Situação para Monitoramento de Riscos e Desastres Naturais

Como resultado de uma parceria entre a Agência Nacional de Águas (ANA) e a Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte (Semarh) foi inaugurada no dia 27 de novembro, em Natal/RN, a Sala de Situação para Monitoramento de Riscos e Desastres Naturais do estado. O centro de monitoramento fica na sede da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do RN (SEMARH), e visa a monitorar variações de tempo, solo, situações hidrológicas e disponibilidade hídrica dos reservatórios potiguares.

A rede de monitoramento é composta por 17 estações automáticas que enviam informações de possíveis chuvas e da situação do volume de açudes e rios. Os dados são enviados aos técnicos na central para que eles façam suas avaliações. As estações estão localizadas ao longo das bacias dos rios Piranhas-Açu e Apodi-Mossoró, as quais estão

sendo monitoradas porque receberão águas do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, também conhecido como Transposição do São Francisco.

Com as informações de chuvas e de modelos hidrogeológicos que chegam ao sistema, é possível simular, por exemplo, a vazão de um rio. Assim, os técnicos da Sala de Situação podem apontar em quanto tempo a inundação chegará a uma área de risco. A operação da Sala de Situação se dará por meio de uma parceria entre Semarh, Corpo



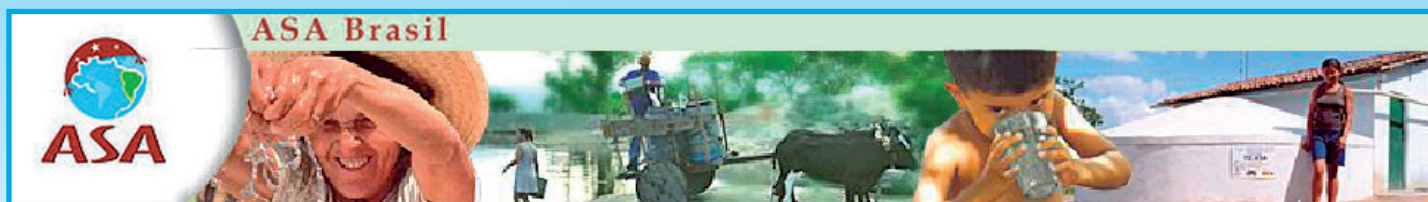
Sala de situação e monitoramento funciona no prédio da SEMARH/RN

de Bombeiros, Defesa Civil e Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte (Emparn).

FONTE: <http://www2.ana.gov.br>



Carta Política elaborada pela ASA evidencia a Política Nacional de Convivência com o Semiárido



Marca da ASA inserida na parte superior do site da Associação: www.asabrasil.org.br

A Carta Política elaborada pela ASA nos cinco dias do VIII Encontro Nacional (EnconASA) – realizado na última semana (19 a 23 de novembro), na cidade de Januária, em Minas Gerais – anuncia a estratégia traçada por uma política nacional de convivência com o Semiárido, que não foi concebida em gabinetes, mas se torna real à medida que a sociedade civil ocupa espaços na concepção e implementação de políticas públicas.

“A Carta anuncia um conjunto de elementos e indicadores que gradativamente vão construindo um Semiárido viável. A nossa política é ir ocupando o Semiárido com boas experiências nas várias dimensões da proposta de convivência e a perspectiva é que estas ações sejam financiadas pelo governo”, assegura Naidison Baptista, coordenador executivo da ASA pelo estado da Bahia.

Em pleno processo de construção, esta Política é uma prova concreta da importância da atuação da sociedade civil na implementação de projetos de desenvolvimento sustentável não só para o Semiárido, como para todo o país. “Isso significa que para cumprir sua missão, o Estado não pode preterir a participação forte e ativa das organizações sociais na concepção, execução e no monitoramento de políticas públicas”, reforça um trecho do documento.

Esta Carta pauta as ações políticas da ASA e também funciona como um documento público que aponta as reivindicações da sociedade civil junto aos governos. Escrito em três blocos, o documento é iniciado contextualizando um conjunto de vitórias

e conquistas alcançadas pela ASA ao longo de seus 13 anos. “Estamos chegando perto da democratização da água de beber, a implantação [de tecnologias que armazenam] da água de produção está numa crescente e executamos boas experiências de acesso à água para escolas”, elenca.

No segundo bloco, a Carta



traça os desafios estruturais que instalam um cenário de injustiça, exclusão e desrespeito da população do Semiárido. “Esse desrespeito se dá por parte das mineradoras, do agronegócio e dos grandes projetos do governo que excluem as pessoas de seu ambiente sob o alibi de que são incapazes e incompetentes”, analisa Naidison.

Na terceira e última parte da Carta, a ASA diz como vai continuar sua trajetória. “Neste ponto, nós questionamos a nossa ação e descobrimos lacunas e elementos que precisam ser aperfeiçoados”, comenta o representante da rede.

Surgem aí questões cruciais

para a ASA como: a defesa da aprovação de uma legislação que regule a relação entre o Estado e a sociedade civil, o resgate das sementes nativas que estão desaparecendo da região, a ampliação e qualificação do P1+2 como estratégia fundamental da articulação e também a perspectiva de ocupação dos serviços de Ater, pleiteando uma reformulação na sua proposta para que se torne permanente e agroecológica.

Além destas dimensões, a Carta cita também outros elementos que reforçam a política de convivência, como a democratização dos meios de comunicação no ambiente rural, o acesso à terra e garantia dos direitos territoriais das populações tradicionais, a auto-organização das mulheres e o acesso à água potável para a população rural nos municípios com dificuldades de acesso à água, mas que não estão incluídos no Semiárido Legal, e para as populações de pequenos conglomerados urbanos.

A Carta Política será encaminhada para a presidente Dilma Rousseff e governantes dos estados e municípios da região semiárida. Também está sendo planejado um dia de mobilização nas redes sociais para divulgação do documento com a participação das organizações que fazem parte da ASA.

FONTE: <http://www.asabrasil.org.br>

Fórum de fruticultura do Vale do Piranhas aconteceu na cidade de Sousa com presença de membro do CBH PPA



Fórum discutiu fortalecimento e proposta das culturas do coco e da banana

No dia 07 de dezembro de 2012, na cidade de Sousa/PB, ocorreu o Fórum de fruticultura do Vale do Piranhas que discutiu o fortalecimento das culturas do coco e da banana.

A reunião realizada no auditório

do SEBRAE/PB na cidade de Sousa levou extensionistas da Emater Paraíba, empresa vinculada à Secretaria do Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca, num trabalho de parceria com o Fórum de Fruticultura do Vale do Piranhas, para

discutir soluções e propostas para estas culturas.

Várias instituições participaram com representantes: Banco do Nordeste Brasileiro (BNB), DFA, EMATER, EMEPA, SEBRAE, FAEPA; e representantes de Associações, Prefeituras e produtores rurais.

O representante do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Piancó-Piranhas-Açu (CBH PPA), José Marinho de Lima, membro suplente e funcionário da EMATER/PB, participou das discussões, e fez uma solicitação para o Comitê participar ativamente das discussões do Fórum, visto tratar-se de uma ação que está sendo desenvolvida na Bacia Hidrográfica do rio Piranhas-Açu, envolvendo diversas instituições.

INFORMES DA DIRETORIA COLEGIADA

10ª Reunião da Câmara Técnica de Planejamento Institucional (CTPI) em Caicó/RN

A 10ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Planejamento Institucional (CTPI) do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piancó-Piranhas-Açu a ser realizada no dia 20 de dezembro de 2012, com início às 13h30, no auditório do Centro de Apoio ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piancó-Piranhas-Açu, com endereço a Rua Otávio Lamartine, 891, Centro, na cidade de Caicó/RN.

Membros do CBH PPA participam de Simpósio sobre recursos hídricos

O Presidente e a 2ª Secretária do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Piancó-Piranhas-Açu, Porfírio Cartão e Maria de Lourdes, respectivamente, participaram do XI Simpósio de Recursos Hídricos do Nordeste.

O evento ocorreu na cidade de João Pessoa/PB. O Simpósio, que é uma realização da Associação Brasileira de Recursos

Hídricos – ABRH, aconteceu no período de 27 a 30 de novembro de 2012.

No encontro, a técnica do DNOCS, 2ª Secretária do CBH PPA, Maria de Lourdes Sousa, presidiu a 2ª Mesa Redonda, cujo tema era: Gestão Participativa dos Recursos Hídricos: O papel dos Comitês de Bacias, tendo como palestrantes Ubirajara Patrício; Alvares da Silva, da COGERH; Rodrigo Flecha Ferreira Alves da Agência Nacional de Águas – ANA e João José Passini da Itaipu Binacional. participação no ENCOB em Cuiabá-MT.

Adutora Parelhas/Carnaúba dos Dantas beneficiará 9 mil pessoas

A Secretária Estadual de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do RN (SEMARH/RN) esteve recentemente na área das obras do sistema adutor Parelhas/Carnaúba dos Dantas/RN. A adutora irá abastecer o Município de Carnaúba dos Dantas/RN e as comunidades de Juazeiro e Santo Antônio do Cobra, situadas em Parelhas/RN. Serão beneficiadas 9 mil pessoas com água de qualidade.

A captação da água será feita na Barragem Ministro João Alves (Boqueirão de Parelhas), onde no percurso de 25 Km serão assentados os tubos do sistema. Cerca de 30% do assentamento de tubulação já está concluído.

Será instalado no reservatório do açude Boqueirão um equipamento tipo flutuante com duas bombas submersas para captação de água que passará por uma estação de tratamento (ETA) e depois para uma estação elevatória de água tratada.

O custo total da obra será de R\$ 10 milhões e 100% desses recursos foram investidos pelo Governo do Estado do RN. A obra está sendo executada pela construtora A. Gaspar S.A e a Coordenadoria de Infraestrutura da (Semarh) é a responsável pelo acompanhamento e fiscalização da obra. A operação deste sistema será de competência da Companhia de Águas e Esgotos do RN (CAERN).